



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

PARECER JURÍDICO - MINUTA DO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 005/2019
PROCESSO Nº 19.07.0002/2019
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: PROCESSO LICITATÓRIO. PARECER NO EDITAL NA TOMADA DE PREÇO Nº005/2019, visando à Contratação de Pessoa Jurídica para a Execução de Corpo de BSTC e ponte de madeira na zona rural do Município de Buriti-MA, nos termos e condições definidas na Planilha Orçamentária, Cronograma físico financeiro, Memorial Descritivo, Composição do BDI, Projeto Básico, constantes deste Edital e seus Anexos.

Para exame e parecer desta Assessoria Jurídica Municipal, a Comissão Permanente de Licitação - CPL encaminhou o processo administrativo em epígrafe, que versa sobre processo licitatório na modalidade tomada de preço de Nº005/2019, visando à Contratação de Pessoa Jurídica para a Execução de Corpo de BSTC e ponte de madeira na zona rural do Município de Buriti-MA, nos termos e condições definidas em Planilha Orçamentária, Cronograma físico financeiro, Memorial Descritivo, Composição do BDI, Projeto Básico, constantes deste Edital e seus Anexos.

Após as autorizações de praxe e deliberações preliminares consta despacho requerendo a análise e confecção de parecer jurídico a respeito da minuta do edital e do contrato.

Na sequência, o processo foi remetido a esta assessoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos da minuta de edital elaborada, prescrita no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

É o relatório, passo à análise.

Inicialmente, é importante consignar que este parecer tem o escopo de assistir a Administração no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

A priori, sabe-se que licitação é a regra geral para a contratação de obras, compras, alienações e serviços perante a Administração Pública.

O objetivo da licitação é assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988 no art. 37, inciso XXI, bem como garantir a melhor contratação à Administração Pública licitante.

Desta forma, as contratações da Administração Pública são precedidas, necessariamente, da realização de procedimento licitatório em algumas das modalidades



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

previstas no Estatuto das Licitações, obedecendo aos limites inerentes a cada modalidade previstos no art. 23 da Lei 8.666/93, exceto nos casos legalmente previstos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

A lei acima especificada reza no Parágrafo único do seu art. 38 que: *“as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”*.

Também é importante frisar que o exame prévio do edital tem índole jurídico-formal e consiste, via de regra, em verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório, é de se entender que a presente MINUTA satisfaz, de forma geral, os requisitos do art. 40, caput, da Lei nº 8.666/1993, que assim dispõe:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara; II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação; III - sanções para o caso de inadimplemento; IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico; V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido; VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas; VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto; IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais; X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas; XIV -



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

condições de pagamento, prevendo: a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros; c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento; d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos; e) exigência de seguros, quando for o caso; XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação; XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

No tocante às formalidades do edital, e ao elenco de anexos, versa a lei:

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

§ 3º Para efeito do disposto nesta Lei, considera-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.

§ 4º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, poderão ser dispensadas:

I - o disposto no inciso XI deste artigo;

II - a atualização financeira a que se refere a alínea "c" do inciso XIV deste artigo, correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

Já no que respeita aos dispositivos contratuais constantes no edital, incumbe ao parecerista pesquisar a conformidade dos seguintes itens dos arts. 54 e, mormente, 55, da Lei nº 8.666/93 que devem constar no edital, assim dispõe:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos; II - o regime de execução ou a forma de fornecimento; III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; VIII - os casos de rescisão; IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei; X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Importante mencionar ainda que, a Tomada de Preços, modalidade escolhida pela CPL, é a modalidade de licitação utilizada para contratações que possuam um valor estimado médio, compreendidas até o montante de R\$ 1.430.000,00 para a aquisição de materiais e serviços, e de R\$ 3.300.000,00 para a execução de obras e serviços de engenharia.

A principal característica da tomada de preços é que ela se destina a interessados devidamente cadastrados e, por força da Lei n.º 8.666/93, ela também passou a



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

se estender aos interessados que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

Esse cadastramento se refere à análise prévia da situação da empresa, por meio da verificação de sua habilitação jurídica, de sua regularidade fiscal, de sua qualificação econômico-financeira, de sua qualificação técnica e do cumprimento das exigências do Ministério do Trabalho com relação ao trabalho do menor, em conformidade com o disposto nos arts. 27 a 31 da Lei nº. 8.666/93, atribuindo-lhe, posteriormente, caso atenda a todos esses requisitos, o "certificado de registro cadastral".

Um aspecto importante a ser salientado é que, como os interessados ainda não cadastrados poderão apresentar sua documentação até terceiro dia anterior à data prevista para o recebimento das propostas, esse procedimento de análise da documentação deverá ser agilizado pela comissão pertinente, a fim de que as empresas não participem em condições de cadastramento passíveis de serem revistas, causando prejuízos à licitação.

Com relação à divulgação das tomadas de preços, essa deverá se dar pelos seguintes meios, dispostos pela legislação vigente:

- a) no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou quando se tratar de licitação feita por órgãos estaduais ou municipais para a execução de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidos por instituições federais;*
- b) no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal, quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;*
- c) em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de grande circulação no município ou na região onde será realizada a licitação.*

A Administração, conforme o vulto da licitação, também poderá utilizar outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

Nessa esteira, as cláusulas da minuta do edital analisado descrevem o objeto em consonância com o consignado no processo e estabelece suas especificações de modo a serem compreendidas com exatidão pelos interessados, conforme demonstrado no termo de referência.

No que se refere a observância de itens obrigatórios exigidos por lei, segue, em anexo, a Lista de Verificação (parte indissociável deste parecer), a qual informa a presença ou não de item exigido por lei, merecendo destaque as que porventura não se apresentam ou não são pertinentes ao processo em questão.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

Constatou-se, dessa forma, que as condições específicas de habilitação são adequadas para a natureza do objeto licitado, não configurando a existência de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo que estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, bem como os procedimentos adotados na minuta do edital atinente a modalidade tomada de preço estão de acordo com a legislação vigente, ressalvados os itens assinalados na lista de verificação, os quais merecem a reanálise e a adequação pertinente.

O edital e seus anexos contemplam ainda as obrigações dos contratantes, em cumprir com os termos do edital, estabelecendo-se ainda as prerrogativas inerentes a Administração, quanto a possibilidade de fiscalização e aplicação das penalidades por parte da Administração, bem como as condições de pagamento e recebimento do objeto licitado, ressalvados os itens assinalados na lista de verificação, os quais merecem a reanálise e a adequação pertinente.

Assim, o presente edital em seus aspectos gerais, com as devidas ressalvas da Lista de Verificação, obedece aos requisitos legais da modalidade tomada de preço para Contratação de Pessoa Jurídica para a Execução de Corpo de BSTC e ponte de madeira na zona rural do Município de Buriti-MA, não se vislumbrando qualquer óbice para a sua publicação e, conseqüente abertura da fase externa da licitação, após a reanálise e correções/adequação pertinentes.

Assim, constatou-se também que a minuta do contrato apresenta cláusulas de qualificação das partes, objeto, fornecimento, obrigações da Contratante e da Contratada, pagamento, dotação orçamentária, casos omissos, obrigatoriedade de publicação no Diário Oficial da União, todas de acordo com o exigido pela lei 8666/93 de direito público.

Quanto à vigência do contrato esta terá prazo de 06 (seis) meses. Constatou-se ainda a existência das cláusulas que garantem as prerrogativas inerentes a celebração dos contratos administrativos, notadamente a alteração e rescisão unilateral, fiscalização e aplicação de penalidades por parte da Administração.

Dessa forma, após análise do contrato este atende as exigências dispostas no art. 55 da lei nº 8.666/1993, que determina quais cláusulas são necessárias em todo contrato, de modo que as cláusulas não merecem censura, estando o documento contratual em condição de ser assinado, expressando o início de sua vigência, no caso a data da sua assinatura.

Vale ressaltar, que depois de firmado o contrato pelas partes e por 02 (duas) testemunhas, é indispensável que o mesmo seja publicado resumidamente no DO, para que tenha eficácia, nos justos termos do art. 61, parágrafo único da lei nº 8.666/1993 e junto aos demais órgãos cabíveis.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

CONCLUSÃO


Em face de todo o exposto, em atenção ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº8.666/1993 e conforme as fundamentações jurídicas expostas, esta ASJUR MANIFESTA-SE DE FORMA FAVORÁVEL aos termos da minuta do edital e demais anexos estando apta a publicação e abertura da fase externa, com as ressalvas dos itens assinalados na lista de verificação, os quais merecem a reanálise e adequação pertinentes.

Ressalta-se a necessidade de atendimento ao princípio da publicidade, na fase executória do procedimento licitatório; positivado, ordinariamente, em art. 17 do Decreto Federal n.º 5.450/2005. Deste modo, a publicação do aviso editalício deverá ser divulgada por Diário Oficial e por meio eletrônico (via internet), considerando o valor estimado.

Ressaltando ainda o caráter MERAMENTE OPINATIVO da presente manifestação cabendo ao ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Transportes, Infra-Estrutura e Serviços Urbanos e/ou Prefeito Municipal o desfecho da demanda.

É o parecer, S.M.J.

Buriti/MA, 29 de julho de 2019.


ALONE BRUNO FERREIRA DE SOUSA SANTOS
Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Buriti/MA
OAB/MA - 18.396-A



ಕರ್ನಾಟಕ ಸರ್ಕಾರ
KARNATAKA GOVT

ಆಜ್ಞಾಪತ್ರ

ಇದರಲ್ಲಿ ವಿವರಿಸಿದ ವಿಷಯವನ್ನು ಈ ಕೆಳಕಂಡಂತೆ ನಿರ್ಧರಿಸಲಾಗಿದೆ. ಈ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರವು 1975 ರಲ್ಲಿ ಜಾರಿಯಾದ ಕರ್ನಾಟಕ ಸರ್ಕಾರದ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರಗಳನ್ನು ಮೀರಿರುವುದಿಲ್ಲ. ಈ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರವು ಜಾರಿಯಲ್ಲಿರುವಾಗಲೇ ಅನ್ವಯಿಸುತ್ತದೆ.

ಇದರಲ್ಲಿ ವಿವರಿಸಿದ ವಿಷಯವನ್ನು ಈ ಕೆಳಕಂಡಂತೆ ನಿರ್ಧರಿಸಲಾಗಿದೆ. ಈ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರವು 1975 ರಲ್ಲಿ ಜಾರಿಯಾದ ಕರ್ನಾಟಕ ಸರ್ಕಾರದ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರಗಳನ್ನು ಮೀರಿರುವುದಿಲ್ಲ. ಈ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರವು ಜಾರಿಯಲ್ಲಿರುವಾಗಲೇ ಅನ್ವಯಿಸುತ್ತದೆ.

ಇದರಲ್ಲಿ ವಿವರಿಸಿದ ವಿಷಯವನ್ನು ಈ ಕೆಳಕಂಡಂತೆ ನಿರ್ಧರಿಸಲಾಗಿದೆ. ಈ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರವು 1975 ರಲ್ಲಿ ಜಾರಿಯಾದ ಕರ್ನಾಟಕ ಸರ್ಕಾರದ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರಗಳನ್ನು ಮೀರಿರುವುದಿಲ್ಲ. ಈ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರವು ಜಾರಿಯಲ್ಲಿರುವಾಗಲೇ ಅನ್ವಯಿಸುತ್ತದೆ.

1975 ರಲ್ಲಿ

ಕರ್ನಾಟಕ ಸರ್ಕಾರ

ಆಜ್ಞಾಪತ್ರದ ವಿಷಯವನ್ನು ಈ ಕೆಳಕಂಡಂತೆ ನಿರ್ಧರಿಸಲಾಗಿದೆ. ಈ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರವು 1975 ರಲ್ಲಿ ಜಾರಿಯಾದ ಕರ್ನಾಟಕ ಸರ್ಕಾರದ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರಗಳನ್ನು ಮೀರಿರುವುದಿಲ್ಲ. ಈ ಆಜ್ಞಾಪತ್ರವು ಜಾರಿಯಲ್ಲಿರುವಾಗಲೇ ಅನ್ವಯಿಸುತ್ತದೆ.